



Osvaldo Cabral

osvaldo.cabral@diariodosacores.pt

DIÁRIO  
inconveniente

# A peste do Império

O Representante da República é uma figura assintomática, mas o seu Presidente progenitor quis torná-lo numa excrescência constitucional infectada.

Se há alguém que jamais nos viria à memória neste cenário de crise pandémica era a figura que ocupa o Solar da Mãe de Deus, mas Marcelo, contagiado pelo vírus do império, quis dar-nos a mensagem de que a corte real é ainda quem manda nos dois territórios adjacentes.

Ressuscitou o “Rep-Rep” e ainda lhe deu o benefício de viajar em jacto privado, como nos tempos das caravelas reais.

Se hoje temos a doença nas ilhas deve-se, essencialmente, a estes dois senhores, conjuntamente com a cumplicidade da PPP (parceria público política) do primeiro-ministro António Costa, o tal que disse ter “insistido com a TAP” para garantir a “continuidade territorial”.

É o que se chama errar por excesso.

São os mesmos que decretam o estado de emergência e confinamento para o rectângulo - até vão mesmo fechar os aeroportos na Páscoa! -, mas deixam a janela aberta ao vírus para viajar até às Regiões Autónomas.

E aí está uma das consequências da negligência de Marcelo e Costa: esta semana tivemos o caso de um infectado da cidade do Porto, que estava de quarentena domiciliária, mas que conseguiu fugir e pôr-se na TAP a caminho dos Açores.

Uma irresponsabilidade que merece o devido castigo, mas quem foi cúmplice na negligência destes voos para os Açores também devia ser castigado.

A capacidade de antever os problemas é a característica mais inteligente de um líder. E Vasco Cordeiro, neste aspecto, esteve mais à frente do que Costa.

A primeira prioridade de um país é proteger os seus cidadãos. Não foi isso que esteve no pensamento de Marcelo e Costa em relação aos insulares.

Quando o primeiro-ministro acusa o ministro holandês de “repugnante” por recusar ajuda à Espanha, o que é que devemos pensar da nossa República ao recusar as orientações do governo eleito da Região?

O epicentro desta crise institucional sinaliza que, no tempo próprio, há que extinguir a figura do “RepRep” e reforçar a autoridade regional em matéria de competências numa situação emergente.

São os autóctones insulares que devem decidir o que é melhor para eles e, consequentemente, quem melhor saberá quais as medidas mais específicas e eficazes para a sua protecção.

De qualquer modo, a História ensina-nos que este filme não é novo.

Pertence a um passado imperial longínquo, agora revestido com artes mais modernas do nosso tempo.

Antes a peste vinha nas caravelas do Império, agora vem na TAP.

O apreciado historiador Sérgio Rezendes lembra-nos na sua interessante obra de investigação “A Grande Guerra nos Açores” (Letras Lavadas, 2014), esta passagem, em 1918, nas nossas ilhas: “[...] a fiscalização das vias de entrada, nomeadamente dos portos, era de importância fulcral para o controlo destes flagelos que, ciclicamente, assediavam as populações insulares.

Podiam existir diferentes formas de os fazer entrar mas, no caso da peste, era sobejamente conhecido: a pulga do rato como em 1922, o Dr. Hermano de Medeiros refere ao jornal “Diário dos Açores”: “(...) o rato é passageiro incómodo e gratuito em todos os barcos, desde o transatlântico de luxo onde viajam nababos, até ao veleiro mercante mais humilde (...)”. (Nota) Podia também ser pela respiração, caso da gripe. O “Açoriano Oriental” de 7 de Agosto de 1915 informava que um impulso de tosse infetava o ar num raio aproximado de sete metros e meio. Este tipo de esclarecimentos, apesar da sua natureza pedagógica, promovia o afastamento das pessoas por se achar ser uma forma de defesa, levando a que o Exército fosse por vezes chamado por motivos sanitários. Colaborando com as autoridades administrativas, montava áreas de isolamento, zelando para que quem de direito, normalmente as misericórdias, fossem tratar dos moribundos dando de comer, beber e vestir a quem necessitava assim como assistência aos enfermos e enterar os mortos [...]”.

Já entre 1523 e 1530 algumas ilhas foram atingidas por forte epidemia de peste, causando milhares de mortos, também importada.

Depois, temos o ano de 1599, que ficou conhecido como o “ano do mal”, devido à peste bubónica, que atingiu especialmente a ilha Terceira.

Rezam as crónicas que “foi um dos anos mais trágicos da história da ilha Terceira, encerrando uma época na qual em menos de duas décadas, para além da doença, a guerra, com o terrível saque e mortandade que se seguiu à entrada em Angra das forças castelhanas, e a fome marcaram a sua presença”.

Com o inimigo do exterior sempre soubemos resistir, mas quando ele mora cá dentro, a coisa pia mais fino e chama-nos à revolta.

A nossa História é abundante nestas calamidades.

Das naturais, sempre as soubemos enfrentar com a tradicional submissão à vontade de Deus, daí se ter aprofundado o culto ao Espírito Santo, mas das catástrofes importadas do Império nunca nos livramos de tempos a tempos, como agora acontece, com a diferença de que, hoje, não seremos mais submissos à outra coroa, a do Terreiro do Paço.

Esse tempo acabou.

Agora criamos a nossa imunidade.

É como sequenciar o genoma do vírus.

Naquele tempo éramos seres prostrados aos decretos reais que chegavam de caravela, hoje temos todas as condições para contornar a ditadura real e até para castigar o rei e os pajens.

Haja coragem para a desobediência.

Nas eleições legislativas nacionais certamente os açorianos darão o sinal da não submissão a António Costa.

Quanto a Marcelo, teremos uma boa oportunidade, já em Janeiro, nas eleições presidenciais.

Basta aplicarmos, no dia das eleições, a mesma recomendação que agora vivemos: #FiqueEmCasa!

